ATA DO CONSELHO FISCAL

No dia vinte e dois de setembro de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, estiveram reunidos no Instituto de Previdência do Município de Rio Claro em reunião extraordinária os membros do Conselho Fiscal **Adriana Sarti, Maria Aparecida Felisbino de A. Norberto, Mariangela de Lourenço Berzaghi Dagnoni, Nelson Leme da Silva Junior e Regina Siqueira Masson, participaram da reunião em momentos diferentes a Diretora interina Financeira e contábil Juliana Cristina Simões e o assessor administrativo Sr. Eduardo C. Lima**: iniciou-se a reunião com a conselheira **Regina** entregando resposta do Conselho Deliberativo sobre a solicitação do Conselho Fiscal quanto ao calendário de reuniões daquele conselho para possível participação dos membros do Conselho Fiscal. **Nelson** faz a leitura do ofício disponibilizando as seguintes datas e horários constantes no ofício: dezoito de outubro, vinte e dois de novembro e treze de dezembro sempre às catorze horas. **Nelson** recebe as correspondências da conselheira **Regina** para arquivo. Em prosseguimento a reunião **Regina** coloca que infelizmente o problema da funcionária do Instituto Micheli continua se estendendo causando grande desgaste a todos, inclusive a mesma encontra-se muito abalada com a situação e solicitou à conselheira que protocolasse um documento, com cópia ao Conselho Deliberativo que questionou o pagamento dela. **Nelson** faz a leitura do documento onde a funcionária Micheli cita o memorando encaminhado pelo Conselho Deliberativo com os questionamentos do mesmo e, com o intuito de colocar o Conselho Fiscal informado sobre o assunto, solicita que o Conselho Fiscal inclua na pauta da próxima reunião ordinária deste conselho sua participação para que possa esclarecer pessoalmente qualquer dúvida a este respeito. **Nelson** informa que a funcionária Micheli enviou em anexo cópias de documentação comprobatória de seu trabalho aos dois conselhos e à sua chefia dentro do Instituto, no caso a conselheira **Regina**. **Nelson** informa que foi protocolado o ofício sete e de dois mil e dezesseis onde o Conselho Fiscal através do abaixo assinado requer do Superintendente esclarecimentos sobre os balancetes dos meses de maio e junho no que se refere a programação orçamentária (cópia anexa), e informa que sem estas informações não é possível analisar os balancetes. Foi solicitada a presença do Sr. **Eduardo** C. de Lima, Assessor Administrativo do Instituto, para esclarecimentos. **Eduardo** explicou que com relação ao ofício oito de dois mil e dezesseis, onde foi solicitado informações sobre a Papyrus, Futura Digital, posto Santana e padaria, procurou fazer o ofício com as respostas de forma resumida e anexando documentos comprobatórios destes gastos. **Nelson** concorda. **Eduardo** coloca-se á disposição pra dar as explicações imediatamente ou ficará aguardando ser chamado após o conselho verificar a documentação. **Nelson** consulta o conselho e todos concordam de que é necessário verificar primeiro a documentação e somente depois chamá-lo para tirar as dúvidas. **Nelson** assina o recebimento dos documentos e respostas e entrega cópia ao Sr. **Eduardo**. **Nelson** faz uma leitura rápida do ofício zero oito para relembrar todas as solicitações e reforça que são informações do balancete do mês de junho: sobre a Papyrus, quais os serviços e materiais comprados e quais as notas fiscais discriminadas e sobre o processo de compras; sobre a Futura Digital sobre o que corresponde o valor pago e quantas máquinas pertencem ao contrato; quanto ao posto Santana sobre a nota com placa e veículo abastecido; e, quanto a

padaria qual a finalidade dos produtos fornecidos e da sua contratação (cópia anexa). **Regina** coloca que enquanto aguarda-se a presença da responsável contábil **Juliana**, que seja verificado o calendário de datas das reuniões ordinárias deste conselho e informa que alterou o mês de dezembro para o dia oito, após dar ciência a todos fornece uma cópia a cada membro. **Juliana** chega e **Nelson** questiona se o ofício sete ficou sob sua responsabilidade para responder, **Juliana** mostra nas planilhas as informações requeridas e entrega cópia ao conselheiro **Nelson** e explicita cada item. **Nelson** coloca que considera que não é bem isto que foi pedido, diz que a intenção era saber o que significava a programação. **Juliana** explica que aquela programação corresponde a hora extra e, diz que é a planilha que é possível fornecer como informação e, que outros relatórios devem ser solicitados à conselheira **Regina** pois a contabilidade só registra o que vem do Recursos Humanos. **Regina** explica que é a responsável pelo RH e se retira para buscar os relatórios. **Nelson** pergunta se é necessário ofício e **Regina** diz que não. **Nelson** questiona o apontamento sobre os Srs. Nilton Lepispico, Wilfredo e Gustavo Roberto, **Juliana** explica que são os peritos, ele pergunta por que eles aparecem duas vezes na planilha. **Juliana** diz que não, que são lugares diferentes: despesas orçamentárias e depois pagamento por data, explica que um desmembra o outro. **Nelson** segue para o segundo e terceiro item relativo a dez mil: da elektro, escritório autuarial, Anderson Pasqualini (assessoria deTI), vivo telefônica linha normal, SUPREV, **Juliana** explica que é a empresa que dá assessoria na área de Benefícios. **Maria Aparecida** pergunta se a CONAN não presta este serviço e **Juliana** responde que ela fez por um tempo, mas não deu certo. **Nelson** continua questionando os itens: seguro, **Juliana** diz que se refere à casa ou carro, Miguel F. Natívio (instalação de telhas), Futura digital (copiadora), NET (tv e internet), Lago azul prestadora de serviços (Correio), CGNP (Sem Parar, dois boletos, deste mês e anterior),**Juliana** diz que é para um carro, HD comércio (conserto da lavadora de alta pressão),Generativa (portal da transparência), **Juliana** explica que o Instituto é obrigado a ter e fica dentro do site do IPRC em um link específico, mas que o **Eduardo** explicaria melhor. **Nelson** relata que enviou seus dados para acessar e não recebeu a senha de acesso até o momento, continua com a prestação de contas: associação brasileira de previdência (inscrição de congresso) , Federação das associações comerciais (cartão alimentação), Banco do Brasil (tarifa), Papyrus (papelaria), Guarda mirim (2 guardinhas), Elektro (duas contas). **Juliana** sai para buscar os processos que houve dúvidas. **Nelson** faz os apontamentos. **Juliana** retorna e explica que Generativa é realmente o portal da transparência e que se encontra no site como "Transparência" e sai novamente. **Regina** diz não ter conseguido retirar o relatório da Conan, mas coloca a disposição o que apresenta para o imposto de renda, onde é possível verificar quem está recebendo hora extra, relata que quem está recebendo hora extra é a auxiliar administrativo Micheli que está assessorando a parte jurídica do Instituto. **Regina** explica que é sobre este assunto que Micheli protocolou um ofício solicitando ser ouvida, e que atualmente ela está auxiliando com trinta processos, os quais ele monta e quem assina é um procurador da prefeitura. **Mariangela** diz que esta análise ficará para a próxima reunião. **Juliana** retorna e vai apresentando os processos e explicando cada um. **Nelson** diz que foram sanadas as dúvidas e aprovadas as contas de junho. **Juliana** se retira. **Nelson** inicia as verificações referentes a parte

que diz respeito ao **Eduardo**, lê o ofício enviado por ele com explicações da Papyrus que haviam sido solicitadas e confere os documentos anexados . **Maria Aparecida** pergunta da nota de empenho e verifica a estimativa do ano todo, e compara os orçamentos que foram feitos de todo material utilizado pelo Instituto, solicita que seja verifica se cópias estão incluídas e não estão. **Nelson** informa que as notas estão anexadas e há um memorando dizendo que a nota paga é referente a dezembro de dois mil e quinze que não havia sido paga. **Adriana** relata que compra pela escola na Papyrus e que o dono realmente demora muito para mandar as notas e acaba ficando de um ano para o outro. **Nelson** faz uma descrição dos materiais comprados na referida papelaria com os valores e **Regina** vai descrevendo o uso e a necessidade de cada produto. **Maria Aparecida** explica que já há um estimativo para este ano de materiais e sugere para dois mil e dezessete, já que é de conhecimento de todos a lista de materiais que se usa no Instituto, que se solicite três orçamentos para depois fazer a compra. **Nelson** diz que estão feitos os três orçamentos, mas que considera que deve ser apontado que não é correto, que é um erro grave, pagar uma nota do ano anterior com o orçamento do ano seguinte. **Maria Aparecida** informa que inclusive não se pode passar um estimativo de um ano para outro a não ser que tenha sido feito um processo de compra três meses antes do encerramento do ano. **Mariangela** explica que quando é um contrato pode, mas estimativo não. **Maria Aparecida** explica que o fato onerou o estimativo deste ano. **Mariangela** sugere que se faça uma orientação no sentido de não se repetir o fato. **Nelson** faz algumas observações sobre o ano anterior relativo a quantidade de materiais e **Regina** faz algumas observações sobre os usos e diz que quem controla isto é o **Eduardo**. **Nelson** solicita a presença de **Eduardo**; diz que com relação ao gasto de combustível faltam muitas informações: carro abastecido, quantidade de litros e quem abasteceu. **Eduardo** chega e **Nelson** diz que fará as indagações por partes, iniciando pela Papyrus diz que foi verificado todo processo e foi constatado que uma nota foi postergada de dois mil e quinze sendo paga em dois mil e dezesseis, com os estimativos para o ano correndo o risco de não ser suficiente, orienta que isto não pode acontecer pois compromete a verba atual. **Maria Aparecida** diz que contabilmente está incontistucional pagar uma nota com data anterior, que existe uma ordem cronológica que deve ser respeitada: primeiro o empenho, depois a nota e depois o pagamento. **Regina** considera que quem deve explicar esta situação é a funcionária **Juliana**, responsável contábil, que **Eduardo** faz somente as compras, considera que este controle deve ser rigoroso. **Juliana** é chamada e explica que o proprietário enviou a nota depois e que ela não se atentou ao erro, disse que realmente está errado e que foi uma falha dela, que olhou a data do boleto e não viu a data da nota. **Nelson** diz que é preciso arrumar esta situação e orienta que se contate a empresa Papyrus para que estornem o pagamento, emitam uma nova nota e se faça o pagamento novamente. **Mariangela** sugere que **Eduardo** leve esta situação apontada pelo conselho fiscal à empresa Papyrus e solicite as correções necessárias. **Maria Aparecida** lembra que o Tribunal de contas quando vier se for verificado o erro ocasionará um problema maior ao Instituto. **Juliana** afirma que é possível corrigir. **Eduardo** explica que em dezembro faz uma compra um pouco maior para ter uma margem de tempo até que consiga no ano seguinte fazer as cotações necessárias, o que diz ter dificuldade pois as empresas que

não são contempladas não gostam de mandar orçamentos. Há uma discussão geral sobre o assunto. **Nelson** solicita que **Eduardo** observe a nota do posto de gasolina que não apresenta informações de qual carro foi abastecido, pede que **Eduardo** solicite que se faça. **Eduardo** explica que este controle fica com ele na administração. **Nelson** pede que anexe com a nota e se possível se faça esta anotação na própria nota. **Maria Aparecida** sugere que sempre deve haver a assinatura na nota de quem solicitou o material ou serviço e **Eduardo** ter este controle. **Mariangela** relata que sua secretaria procede desta forma. **Nelson** prossegue dizendo que o documento solicitado da padaria foi enviado completo e estava correto. Neste momento há um esclarecimento contábil sobre como se procede com notas erradas e suas consequências, é esclarecido por **Maria Aparecida** que a sugestão dada para resolver o problema da Papyrus é possível embora com dificuldades. **Nelson** questiona se o conselho deve aprovar as contas de junho. **Regina** sugere que se aprove com restrições e **Nelson** diz que isto não é possível. **Eduardo** solicita que ele tenha um tempo para conversar com a empresa Papyrus e solucionar o problema como foi sugerido, diz que se ele concordar fica resolvido, se não retorna ao conselho e se pensa o que será feito. **Regina** sugere que ele entre imediatamente em contato com a Papyrus e pergunte se é possível este procedimento de correção. Todos consideram mais prudente que ele faça pessoalmente. **Nelson** coloca que **Eduardo** não trouxe as informações da Futura Digital da mesma forma que fez com a Papyrus e do posto e solicitou que faça novamente do mesmo formato das outras na próxima semana. **Adriana** questiona se não será aprovada as contas se não não for resolvida esta situação. **Nelson** coloca que não será aprovada. **Adriana** pergunta se não poderia ser aprovado com ressalvas. **Maria Aparecida** explica o que significa colocar ressalva, dizendo que o que é apontado deve estar resolvido no mês seguinte, e que o Tribunal de contas não aceitaria a aprovação das contas nesta situação e pediria justificativa de por que o conselho aprovou as contas desta forma. **Nelson** ratifica que não se deve aprovar enquanto não se resolver de forma correta , pois é de responsabilidade do conselho fiscal agir desta forma. **Regina** consulta **Juliana** que diz não haver problema se adiar a aprovação das contas para a próxima semana.. **Maria Aparecida** diz estar resolvido e que para aprovar as contas de maio em junho as ressalvas devem ter sido resolvidas, não se pode aprovar as contas de junho se as ressalvas de maio não foram resolvidas. **Nelson** diz que fará ofício cobrando o apontamento do mês de maio. **Nelson** diz que não ve que se deva sanear esta situação, sendo que o pagamento dele foi enviado, os pagamentos vieram muito mais condensados, inclusive com o pagamento de catorze mil reais do próprio Instituto, diz que irá cobrar o apontamento. **Nelson** pergunta a **Juliana** sobre a Papyrus, se pode apresentar o balancete total pois foi constatado que não haverá mais empenho até o final do ano. **Maria Aparecida** solicita a **Juliana** um relatório de pagamento da Papyrus de janeiro até o presente momento para verificação de saldo. **Juliana** faz algumas observações e se compromete a entregar as notas pedidas. **Nelson** confere algumas notas pedidas de encadernação. **Eduardo** retorna e relata que já conversou com a Papyrus e concordaram em fazer a correção necessária da forma sugerida. Fica resolvido que como haverá reunião ordinária na próxima semana as contas serão fechadas e aprovadas naquela reunião. Quanto a ata **Mariangela** coloca que na reunião em que **Adriana** não esteve presente **Regina** constatou que faltou algo

na fala dela e **Regina** concorda. Nelson solicita que se identifique a ata para correção. **Regina** diz que não encontrou onde estava o que deveria ser corrigido. **Mariangela** diz que já em outra ata, na de julho, sentiu falta de uma fala dela, mas que não apontou. **Regina** diz que a ata em questão é de três de agosto. **Mariangela** pergunta à **Regina** qual era a fala e **Regina** pede que ela fale e depois confirmará. Nelson pergunta o número da linha e **Regina** diz que é a trezentos e quarenta e quatro. **Mariangela** diz que faltou a descrição da cena de choro dos funcionários, de discussão e lavação de roupa suja, ressalta que se a ata é feita na íntegra ficou faltando isto e que não pode haver a fala de um e de outro não. **Adriana** explica que tem a gravação e propõe que todos ouçam para verificação se está mesmo faltando. **Mariangela** reforça que quem disse que estava faltando foi a **Regina** e que comentou que na outra faltou uma fala sobre respeito, na primeira ata. **Adriana** diz que pode sim ter faltado alguma fala, pois a ata ficou muito longa e coloca neste momento a gravação para todos ouvirem, acrescenta que por este motivo considera importante que haja duas gravações para que não gere dúvidas da credibilidade, a gravação que está sendo ouvida é a feita com o gravador do Nelson e não há a gravação do Instituto. **Regina** coloca que não concorda e acha que a conselheira **Adriana** está querendo justificar sua opinião de que deve haver uma gravação com o gravador do Instituto e com o do conselheiro Nelson sempre e não só com o dele. Acontece neste momento a colocação de várias opiniões. Após ser ouvida a gravação foi constatado que não havia este trecho mencionado e por este motivo não apareceu na ata. Ficou-se decidido que ao final de cada ata seria colocado que as gravações estão disponibilizadas no Instituto junto com as atas para quem se interessar de ouvi-las na íntegra. Foi encerrada a reunião e eu **Adriana** Sarti lavrei a presente ata que será assinada por todos os presente: